

O SUS e os hospitais universitários

SÉRGIO MAGARÃO

É fácil constatar que no Brasil os hospitais se tornaram o pólo principal do sistema de saúde. Isso é o resultado do desenvolvimento desordenado, não planejado, do sistema de saúde ao longo de muitas décadas, em que não foram levados em conta valores nacionais e regionais, e muito menos indicadores epidemiológicos quanto aos nossos principais problemas de saúde. Esta é a situação dos Hospitais Universitários de Ensino, que ainda enfrentam circunstâncias agravantes neste quadro.

A noção e a prática do hospital como centro de gravidade para o atendimento de qualquer demanda da população ainda persistem na maior parte do país, mesmo quando o próprio Sistema Único de Saúde — implantado em 1986 — preconiza que 1) municípios e estados devem assumir a assistência de saúde da população e 2) que a rede primária, os hospitais gerais e os hospitais universitários (quando existentes na região) sejam organizados de modo a atender aos pacientes obedecendo a uma hierarquia em termos da complexidade de assistência. O Sistema, para funcionar com acerto, deve ter como porta de entrada a rede primária ou básica de saúde. Os pacientes, quando necessário, devem ser encaminhados aos hospitais gerais ou universitários que, após atendê-los, os mandariam de volta à origem para continuidade e controle (a chamada contra-referência). Este sistema, portanto, valoriza e enfatiza a atenção básica ou primária da saúde da população. Mais claramente ainda: os hospitais só deveriam receber para atendimento aqueles pacientes para os quais não se conta com outras alternativas na rede. Mas não é o que acontece ainda.

Desde 1978 — com a Conferência Internacional de Saúde de Alma-Ata, na então URSS — vem sendo enfatizada, em âmbito mundial, a importância do cuidado primário de saúde. Na Declaração de Alma-Ata consagrou-se a noção de que a atenção primária de saúde era a chave para alcançar a saúde de todos.

No ano seguinte, a 32ª Assembléia da OMS aprovou a Declaração considerando que praticamente a metade da população mundial estava absolutamente desassistida, com centenas de milhões de pessoas à margem dos serviços de saúde. A meta lançada naquele momento foi “Saúde para todos no ano 2000”, visando especialmente aos países subdesenvolvidos.

Em 1985, o comitê de especialistas da OMS se reuniu em Genebra, debruçados sobre o mesmo assunto. Os especialistas concluíram que “os hospitais e a atenção na comunidade devem ser interdependentes a fim de reduzir ao mínimo o emprego desnecessário do hospital. A menos que os hospitais assim o reconheçam e estendam suas ações a toda a rede de serviços da comunidade, se tornarão isolados e insuportavelmente onerosos”.

Quatorze anos depois da implantação do SUS, a descentralização dos serviços de saúde para estados e municípios é um fato incontestável: participam do Sistema 94% dos municípios e todos os estados. Os recursos repassados em 1999 pelo Governo federal passam de onze bilhões de reais — e só para a atenção básica prestada pelos municípios, são dois bilhões e meio de reais. O caminho do SUS, previamente estabelecido e melhorado ao longo dos anos, está sendo cumprido com eficiência. Muito foi feito e muito há para se fazer. A descentralização dos serviços precisa ser mantida como prioridade, sendo imperioso que o Ministério da Saúde e os demais gestores atendam a essa filosofia básica do SUS.

No topo da pirâmide da hierarquia de atendimento está o Hospital Universitário. Desejando saber como os Hospitais Universitários de Ensino — HUE — estavam participando do SUS, o Conselho Nacional de Saúde realizou nos dias 14 e 15 de abril último, uma oficina de trabalho. O resultado desta oficina está num documento básico que mostra com clareza que, lamentavelmente, os Hospitais Universitários e os de Ensino, em sua grande maioria, não estão trabalhando de forma integrada com o SUS. Continuam com suas portas abertas, recebendo para atendimento a demanda espontânea, como se não existisse um sistema de saúde com o qual deverassem se integrar em cada região e que deve apoiá-los como forma imprescindível da melhoria da qualidade de todo o conjunto.

A conclusão é de que o Sistema Único de Saúde deve ser reafirmado como solução para o problema da saúde no Brasil e que é premente a necessidade dos HUE participarem da elaboração das políticas local e regional de saúde.

SÉRGIO MAGARÃO é representante do MEC no Conselho Nacional de Saúde.

Recebo uma carta da “ravissanteste” Dora Avante. Dorinha, como se sabe, vendeu seu corpo à Ciência mas a venda foi embargada pelo Pitanguy, que quer direitos autorais sobre as partes que são dele. Ela propôs fazer merchandising do cirurgião quando posasse nua para a “Playboy” mas não houve acordo. Dorinha está revoltadíssima, e não é só por isto. Descobriu que suas conversas telefônicas diárias com a amiga e companheira de direção no grupo Socialaites Socialistas, Tatianna (“Taiti”) Bitati, estavam sendo gravadas, e... Mas eis a sua carta.

“Caríssimo. Beijos espargidos, você escolhe a região. Fui grampeada! Como um mendonça qualquer! Eu devia saber que, depois que grampearam o Fernando, nada mais era sagrado e eu seria a próxima. É por essas e por outras que as Socialites Socialistas lutam pela instauração no Brasil do comunismo no seu estágio mais avançado, que é a volta do regime tzarista, quando havia respeito por quem saía em ‘Caras’ mais de uma vez. Descobri o grampo porque ouvi o som da minha voz vin-

VERISSIMO Uma carta da Dorinha



do da cozinha, que invadi, animada com a idéia de que tinha finalmente adquirido o dom que me falta, o da ubiqüidade, apenas para descobrir que era o rádio da empregada transmitindo uma conversa minha e da “Tati”. Aparentemente, nada nas nossas conversas, nem as partes sobre sexo com congressistas (risos), interessava aos grampeadores, que venderam a fita. Descobri depois que o alvo do grampo era meu atual marido, cujo nome me escapa no momento. Eu o chamo de Terceiro, mas estou contando do fim. Ele é banqueiro e há anos que tenta falir para abrir um quiosque e começar tudo de novo mas o Banco Central não deixa. Ele não consegue quebrar. O Banco Central não pára de lhe dar dinheiro, ele está perto do suicídio. E já tinha até um nome para o quiosque, o coitado: ‘Crise sistêmica’.

Enfim, *quel des brasilités*. Mas ouvi dizer que ter conversa gravada dá status. A ‘Tati’ tem espalhado que, sempre que tira o fone do gancho, ouve alguém gritar: ‘Silêncio no estúdio!’ Da tua grampeada e indignada Dorinha.”

Meio ambiente: são outros quinhentos

MARINA SILVA

Estamos na Semana do Meio Ambiente. Com raras exceções, a natureza, as cidades e as pessoas, quase tudo que compõe o mosaico ecológico brasileiro hoje não vê razão para comemorações. Cito apenas dois exemplos.

Primeiro, estamos vivendo um dilema com repercussões ainda desconhecidas: a introdução de sementes e produtos transgênicos no mercado brasileiro. O Governo federal está tomando uma decisão semelhante àquela que tomou em favor da lei de patentes e de cultivares. Em lugar de regulamentar a Convenção da Biodiversidade, o Governo autoriza a introdução da soja transgênica no país, atendendo a uma empresa que quer vender suas sementes juntamente com um herbicida fabricado por ela mesma. Sem ter feito um único estudo sobre os prováveis impactos, o Governo expõe ao risco a saúde pública e o meio ambiente, especialmente a biodiversidade silvestre e agrícola. Nos EUA, testes com o milho transgênico confirmam a morte de borboletas que polinizam a planta. Mas além desses riscos, o Governo simplesmente abre mão do mercado europeu e japonês, que tem preferido a soja convencional.

No intuito de diminuir as reações, o presidente Fernando Henrique anuncia a rotulagem obrigatória dos produtos, mas isso já está na Lei de Defesa do Consu-

midor, além do que não resolve os impactos na agricultura e no meio ambiente. Além disso, como garantir a segregação do produto em todas as fases da produção e distribuição, se técnicos do próprio Ministério da Agricultura reconhecem a incapacidade para finalizar os plantios experimentais, autorizados pela Comissão de Biossegurança (CTNBio)? Prova disso é que, enquanto debatemos, os plantios clandestinos pipocam por todo lado. Em seis Estados, para onde o Governo está autorizando o plantio da soja transgênica, entidades e parlamentares entraram com representações na Justiça pedindo garantias para o meio ambiente e a saúde pública, reforçando ações do Instituto de Defesa do Consumidor e do Greenpeace.

Em Brasília, o PT entrou com uma ação no Supremo Tribunal de Justiça, porque é inconstitucional a prerrogativa conferida ao CTNBio para pedir ou não o Estudo de Impacto Ambiental. Com a mesma finalidade, apresentei um Projeto de Decreto Legislativo no Senado.

Ao contrário do que afirmam membros do Governo, a proposta de uma moratória por 5 anos, para a liberação dos transgênicos no mercado, valoriza a pesquisa científica no país, que, neste período, de-

ve ter todo apoio para realizar os estudos necessários.

Outra ameaça à nossa biodiversidade é o desmatamento em todo o país. Na Amazônia, nos últimos 30 anos, foram desmatados 532 mil km², uma área equivalente à da França. A pergunta pertinente que se faz é: que riqueza foi gerada com esses 30 anos de desmatamento? Simplesmente, menos do que três anos do PIB da França somados. No mesmo período, 166 mil famílias foram precariamente assentadas em áreas com florestas para desenvolverem uma agricultura de subsistência, muitas vezes incompatível com a conservação florestal e até mesmo com a viabilidade econômica dos assentamentos. É a velha política de colonização, que procura fazer números para a reforma agrária na Amazônia, fugindo dos impasses fundiários não resolvidos no restante do país.

Para se ter uma idéia da dimensão do problema, os Estados Unidos são os campeões na emissão de CO2 na atmosfera, com 25% das emissões mundiais. Pois bem, só no ano passado, apenas com as queimadas e incêndios florestais na Amazônia, o Brasil contribuiu com 10% de todo o CO2 emitido na atmosfera mundial. Felizmente, nesse caso também há inicia-

Desmatamento em todo o país ameaça a nossa biodiversidade

No Rio, o coração de Jesus

D. EUGENIO DE ARAUJO SALES

Omês de junho é tradicionalmente consagrado ao Sagrado Coração de Jesus. Um plano de pastoral, elaborado com inteligência, toma na devida consideração o valor dessa devoção enraizada também na religiosidade popular. A Igreja, no Brasil, muito deve ao Apostolado da Oração, o eficiente veiculador de práticas piedosas ao símbolo de Amor divino pelos pecadores.

Como estímulo a esses atos, recorde um centenário alusivo ao assunto e também anuncio o objetivo da nossa missão popular rumo ao III Milênio. Acresce ser 1999 o aniversário da consagração de todo o gênero humano ao Coração de Jesus, ocorrido a 11 de junho de 1899, por determinação do Papa Leão XIII. Sua importância pode ser avaliada na afirmação do mesmo Pontífice, referindo-se a esse evento: “O maior acontecimento do meu pontificado”. A 25 de maio de 1889, ele havia publicado a Encíclica “Annum Sacrum” sobre a devoção ao Sagrado Coração de Jesus. Pouco antes, ao proclamar o Jubileu do ano 1900, manifestou o desejo de prestar uma grande homenagem ao Sacratíssimo Coração. Logo no preâmbulo, diz: “Se todos os fiéis nos obedecerem de bom coração e com vontade unânime e generosa, esperamos deste ato — e não sem razão — resultados preciosos e duradouros, em primeiro lugar para a religião cristã e depois, para todo o gênero humano” (nº 1). Há algum tempo, chegavam a Roma insisten-

tes pedidos, provenientes de muitas partes do mundo, para uma solene consagração. Termina o documento com as seguintes determinações: “Decidimos, portanto, que nos dia 9, 10 e 11 do mês de junho próximo, na Igreja de cada localidade e na igreja principal de cada cidade, sejam ditas determinadas orações. Em cada um desses dias, as ladainhas do Sagrado Coração, aprovadas por nossa autoridade, sejam juntadas a outras invocações; no último dia, recitar-se-á a fórmula de consagração, que vos enviamos, veneráveis irmãos, juntamente com esta carta” (nº 13). O texto é ainda hoje encontrado em livros de devoção.

Na semana passada, chegou às minhas mãos uma carta, vinda de uma cidade do Quênia, na África, solicitando fosse celebrado aqui no Rio de Janeiro, junto à estátua de Cristo do Corcovado, esse centenário e fosse colocado um coração, como lembrança de uma data, 11 de junho. Na oportunidade, consagrar-se-ia o Brasil ao Sagrado Coração. Ao missivista, um sacerdote, respondi que a exigüidade de tempo impedia um atendimento pleno; aliás, a aceitação deveria passar pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. O Cristo do Corcovado traz, de modo visível, como símbolo do Amor de Deus aos homens, um coração. E, utilizando os meios de comunicação social — e é o que eu faço agora — pedirei aos católicos desta Arquidiocese a recitação da fórmula de consagração, nos lares, nas instituições, nas paróquias. Acrescentei, ainda, que já está prevista uma solenidade no encerramento da nossa missão popular,

que teve início em 1997 e se desenvolve com muitos e consoladores frutos. A data fixada, em princípio, é a festa de Cristo Rei, no ano 2000, que será no dia 26 de novembro.

A devoção ao Sagrado Coração foi incluída no texto-base da missão que tem por lema “Jesus é o coração novo para o Rio 2000”. Com Cristo, no Espírito Santo, a cidade eleva ao Deus Santo um ato de louvor e adoração. O encerramento solene e celebrativo é uma manifestação pública da fé católica e compromisso com o sentido eclesial da Missão Popular Rumo ao III Milênio. Urge, com os recursos de publicidade, fazer o Rio de Janeiro visualizar o Coração de Jesus.

Nesse sentido, lembro dois importantes elementos: o primeiro é o fortalecimento da devoção ao Coração de Jesus. Contribui para ser obtido esse objetivo a celebração do mês de junho nos lares, nas paróquias, nas instituições. A modalidade de fazê-lo será resultado do espírito religioso de nossas comunidades eclesiais.

O segundo elemento é a consolidação da paz em nossa cidade. Não me refiro a este ou a aquele modo de obtê-la. Aludo à necessidade do retorno, onde desapareceu, e dar novo vigor ao que ainda existe.

A natureza humana, feita à imagem e semelhança de Deus, anseia pela paz. No entanto, nem sempre distingue o verdadeiro entre os caminhos propostos para atingi-la. Toda a Sagrada Escritura está pontilhada dessa expressão, nas mais diversas acepções, sempre como algo ex-

tivas, como é o caso de Governos estaduais do Acre e do Amapá, prefeituras, como a de Belém, que começam a passar para a prática o discurso do desenvolvimento sustentável. Ao lado disso, o Ministério do Meio Ambiente, após baixar uma proibição generalizada ao desmatamento na Amazônia, em fevereiro último, resolveu abrir o diálogo com os diversos setores sociais e produtivos da Amazônia, para a formulação de uma agenda positiva — um caminho bem apropriado, que infelizmente não tem eco no Governo, sobretudo na área econômica.

Um bom exemplo: no momento em que o Governo do Acre inicia o Zoneamento Ecológico-Econômico do estado, se preparando melhor para a pavimentação da BR-364, o Ministério dos Transportes resolve retirar do estado a iniciativa da execução da obra.

Nestes 500 anos do descobrimento — ou da invasão, como dizem alguns índios — o momento é de reflexão e transformação. É hora de “mãos limpas” na política e também de repensarmos aquela velha postura de assalto à natureza e de superexploração do trabalho. Por que continuar a ver esse país como se estivéssemos olhando de fora ou como se estivéssemos de passagem? Afinal, 500 anos deveriam ser suficientes para aprendermos a defender os nossos interesses e o nosso patrimônio.

MARINA SILVA é senadora pelo PT do Acre.

traordinariamente desejável, como uma bênção divina, como condição ao bem comum. Ela é um Dom de Deus. Seu oposto que se manifesta em variadas modalidades afronta os nossos semelhantes e o Criador.

Em nossa cidade e em tantas outras partes do mundo, a violência angustia fortemente e é motivo de tantos males! Para vencê-la, urge ir à raiz. Está no coração do homem a causa profunda desse problema. A busca do prazer a qualquer custo abre as portas que implicam em um comportamento contrário à lei de Deus.

A paz que Cristo nos legou — “A paz esteja convosco!” (Jo 20,19) — era a saudade habitual nos encontros com seus discípulos, após a Ressurreição e um dos eixos fundamentais dos seus ensinamentos.

Somente poderá ser obtida e conservada, através de uma vida segundo os princípios morais que Ele nos trouxe e confirmou, por sua pregação.

O alicerce da paz é a justiça entre os homens e diante de Deus. No mundo derrocado moralmente, a vitória sobre a violência de forma duradoura só virá através da conversão. Posto este alvo, todo esforço, por menor e limitado que seja, deve ser apoiado, para minorar o sofrimento.

Jesus nos mostra o caminho para o Rio de Janeiro, que vem do Amor de Deus, simbolizado pelo seu Coração!

D. EUGENIO DE ARAUJO SALES é cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro.